

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DA BRAGA ROMANA PARA A MEDIEVAL¹

SOME CONSIDERATIONS ON THE TRANSFORMATIONS FROM ROMAN TO MEDIEVAL BRAGA

Roberta Alexandrina da Silva*
rdasilva@unicamp.br

Claudio Umpierre Carlan**
carlanclaudio@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo caracterizar o urbanismo e as construções de Braga, entre os séculos I e XVI, com as reformas de Dom Diogo de Sousa, tendo por base a avaliação dos dados fornecidos pelas escavações realizadas do Projeto de Salvamento de Bracara Augusta. Partindo desse pressuposto, buscar-se-á compreender essas sobreposições da cidade, entre uma antiga e medieval, mostrando suas memórias e sua identidade frente às outras cidades portuguesas.

PALAVRAS CHAVE: Braga, Cidade, Urbanização, Romana, Medieval.

ABSTRACT: This work aims to characterize the urbanism and constructions of Braga, between the 1st and 16th centuries, with the reforms of Dom Diogo de Sousa, based on the evaluation of the data provided by the excavations carried out in Bracara Augusta Safety Project. Based on this assumption, we will try to understand these overlaps of the city, between an old and medieval one, showing its memories and its identity in relation to other Portuguese cities.

KEYWORDS: Braga, City, Urbanization, Roman, Medieval.

“[...]A cidade contemporânea, apesar de grandes transformações, está mais próxima da cidade medieval do que esta última da cidade antiga” (LE GOFF, 1998, p. 25).

1. *Algumas Questões Introdutórias: A Cidade e o Urbanismo*

Henri Lefebvre, na obra *O Direito da Cidade*, argumenta que a cidade sempre teve relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constituintes e com sua história (2001, p. 51). Para o autor a cidade se modifica quando a sociedade se transforma em seu conjunto; podendo ser vistas como lugares de escolha para o estudo de sociabilidades,

¹ Este artigo faz parte do projeto intitulado: A CIDADE ROMANA DO NOROESTE PORTUGUÊS: URBANIZAÇÃO, SOCIABILIDADES, IDENTIDADE E CULTURA MATERIAL NO CASO DE BRACARA AUGUSTA (SÉCS. I-V); desenvolvido pelos Profs. Roberta Alexandrina da Silva e Claudio Umpierre Carlan, na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG).

* Doutora em História pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Pós-doutora pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e pela UNICAMP. Docente do campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Professora Associada ao Laboratório de Estudos sobre o Império Romano – LEIR/UFES.

** Doutor em História pela Universidade de Campinas (UNICAMP); Pós-doutor pelo Programa. NEPAM/UNICAMP. Docente do Curso de História da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica (PPGHI/ UNIFAL-MG). Grupo de pesquisa Península Ibérica: Antiguidade Tardia a Reconquista.

dos poderes e de avanços tecnológicos das sociedades, em diferentes épocas, elas se organizam em permanente construção (2001).

Humanistas, filósofos, geógrafos e eruditos se debruçaram nos estudos sobre a cidade, definindo-a e conceituando-a. No entanto, nenhuma definição, jamais produzida, consegue abarcar a totalidade da cidade nas suas múltiplas dimensões, uma vez que as acepções são prisioneiras dos tempos e contextos que as viram nascer. O historiador da arte, o italiano Giulio Carlo Argan (2005), a cidade não deixa de ser um bem de consumo. É nela que a vida social acontece, e que a comunicação ganha força. Ou como alude Fernand Braudel, onde a cidade é construção, ruptura, palco de tensões e destino do mundo (BRAUDEL, 1995, p. 439-441).

Nesse sentido, quando nos deparamos com o conceito de cidade no mundo clássico, tanto helênico quanto romano, temos uma acepção dispare daquela apreendida no período medieval, ou até mesmo na nossa contemporaneidade. Existe, porém, flexibilidade no entendimento de uma cidade. Em suma, são conceitos heterogêneos.

Essa acepção se enquadra pontualmente no caso de Braga, pois está abarcada dentro do conjunto de cidades europeias que possui uma longa tradição histórica. Esta conheceu, à semelhança de outras de fundação romana, um processo específico, que produziu muitas das suas características morfológicas atuais, um desenvolvimento e percurso complexo, onde distintas “cidades” se foram edificando ao longo dos tempos, num espaço em se encontram e se entrelaçam diferentes marcas e vestígios materiais dos seus sucessivos períodos de ocupação.

As características apontadas para a cidade de Braga são, na verdade, comuns à generalidade dos espaços urbanos com uma longa tradição histórica. A cidade é um patrimônio cultural e constitui um lugar privilegiado de criação e conservação de memórias materiais, fruto de diferentes tempos e experiências, que foram deixando marcas impressas na sucessão de estruturas e de espaços que, sucessivamente, foram estruturando a sua forma física.

Maria do Carmo Ribeiro considera que o caso da cidade de Braga é uma particularidade, porque possui um projeto de intervenção arqueológica e nisso, foi possível concentrar toda a informação recolhida, porque dispõe de um conjunto razoável de fontes

cartográficas e históricas e, finalmente, porque a morfologia da cidade medieval se encontra largamente conservada (RIBEIRO, 2008, p. 23).

Nesse sentido, buscaremos fazer algumas considerações sobre as várias nuances de Braga, desde a *urbs* Romana, passando pelo burgo medieval até a cidade Renascentista projetada por Dom Diogo de Sousa no século XVI.

2. A Descoberta da Primeira Cidade: Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*

A História acerca da cidade romana *Bracara Augusta*, mesmo sendo antiga, ainda é bastante recente. Foi, no entanto, na década de 1970 que pesquisas sobre a Antiguidade da cidade se tornaram consistentes; pois, através de um trabalho associado entre uma equipe de técnicos e arqueólogos, realizados em Braga, atrelados ao 'Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*', pela Unidade de Arqueologia e sob a responsabilidade da Universidade do Minho, que trouxeram à tona a esquecida *Bracara Augusta*.

De acordo com Maria Manuela Martins, uma das grandes expoentes dessa empreitada, a cidade começa a ser (re)descoberta com suas nuances arquitetônicas e urbanísticas:

Em meados dos anos 70 foi possível parar a destruição sistemática dos terrenos arqueológicos onde jaziam as ruínas da Braga romana, iniciando-se, em 1976, um processo de intervenção arqueológica sistemática, do qual resultou uma notável acumulação de evidências arqueológicas que tornaram possível (re)descobrir, de facto, *Bracara Augusta*. Assim, o conhecimento que possuímos hoje desta importante cidade romana é sobretudo devedor das numerosas escavações realizadas ao longo dos últimos vinte e seis anos, no âmbito do Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta* [grifo meu] que logrou trazer à luz do dia os vestígios de uma cidade insuspeita, quer na sua dimensão, quer nas suas características urbanísticas e arquitectónicas (MARTINS, 2004, p. 150)

Desde 1976 até à atualidade, houve mais de uma centena de intervenções arqueológicas urbanas na cidade de Braga que possibilitaram conhecer a cidade romana, além da ocupação em períodos como no Principado, Antiguidade Tardia, Medieval e Moderna ao longo de quarenta anos de escavações continuadas na área urbana (FERNANDES, 2018, p. 09).

Nas nuances de uma Braga antiga foi se distinguindo características e delimitando a cronologia de habitações, espaços e materiais que nos contam como se constituiu a sua evolução urbana. Graças às escavações realizadas, contribuíram para o aparecimento de espaços e memórias antes esquecidas, em algumas áreas protegidas; como é o caso da Colina do Alto da Cidade, onde se encontram uma terma público romano (MARTINS, 2005) e um

teatro (MARTINS et al., 2006; 2013) e do quarteirão das Carvalheiras, identificando vestígios de uma *domus* e ocupando a totalidade de um quarteirão, rodeado por ruas (MARTINS, 1997-98; SILVA, 2000; MAGALHÃES, 2010).

Além de tudo isso, foi possível reconhecer a orientação da malha ortogonal da cidade e vestígios arquitetônicos que, apesar de fragmentários, forneceram elementos distintivos para caracterizar os edifícios públicos e privados, mas, também, as áreas de necrópoles que se desenvolviam ao longo das vias que ligavam *Bracara Augusta* a outras cidades. E, também, essa malha ortogonal será a base para a marcação da cidade no período medieval.

Uma das conclusões mais perceptíveis do '*Projeto de Salvamento de Bracara Augusta*', consiste no fato de que a cidade é um quebra-cabeça, ou seja, que a Braga romana é uma cidade sobreposta, por camadas de épocas que ecoam em suas construções. Por isso que as escavações foram cruciais para o aparecimento e delimitação de um espaço outrora esquecido, com um caráter descontínuo e com uma reutilização sistemática de materiais de construção romano ao longo de distintas épocas, fazendo com o que os vestígios arquitetônicos desaparecessem e fossem remodelados (MARTINS et al, 2012, p. 30).

Com isso, é justificável o porquê se conhecia pouco da cidade romana de *Bracara Augusta*, sendo sede de um convento jurídico², capital da província da Galécia, a partir de Diocleciano e, mais tarde, capital do reino suevo. Já na Alta Idade Média se sabe pouco sobre *Bracara Augusta*, como o ataque dos árabes, durante os séculos VIII e IX, e a fuga do bispo para Lugo. Além do mais, a cidade sofreu um forte ataque de Almansor em 998 (MARTINS; DELGADO; LEMOS, 1995, p. 54).

3. *De um Oppidum à Urbs*

De um modo geral, as motivações que presidiram à fundação de *Bracara Augusta* na *urbs* não se diferenciaram dos que caracterizaram a emergência das suas vizinhas como *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta* (MARTINS, 2004, p. 150). Os dados disponíveis para sustentar tal afirmação advêm, sobretudo, que *Bracara Augusta* faz parte do pacote de cidades planificadas, criadas *ex novo* por Augusto, no fim das guerras cantábricas, para uma reorganização provincial da Hispânia (*IDEM*; MARTINS et al. 2012, p. 31).

² Habitualmente se define a *conventus iuridici* como assembleias e circunscrições em que se subdividem as províncias da Dalmacia, Asia e Hispania, com uma função, majoritariamente judicial (DOPICO CAÍNZOS, 1986, p. 266)

A importância das medidas de Augusto foi de tamanha envergadura para a criação e desenvolvimento dos novos centros urbanos que o próprio *Princeps*, na sua *Res gestae*, se referiu como o ‘fundador de cidades’ e um difusor de uma política ‘urbanizadora’ (BALIL ILLANA, 1976, p. 69). Foi, ainda, durante o governo de Augusto que ocorreu um grande crescimento populacional, fato, intrinsecamente, atrelado ao desenvolvimento interno das cidades, desencadeando a intensificação do comércio, o acréscimo de cargos administrativos e o incremento da atividade artesanal (MONTENEGRO DUQUES, 1988, p. 267).

Assim sendo, a epigrafia mais antiga de Braga representa um documento considerável para se compreender a formação do centro urbano e a implantação do culto ao imperador, cimentando e integrando a região com o mundo romano. E, nesse sentido, a integração e cooperação da elite local com a cultura romana, nos faz refletir que o processo foi um jogo de interesses entre ambos os lados. Os *bracari*, nesse processo, não foram coadjuvantes, mas protagonistas, como afirma Maria Manuela Martins,

A história da fundação de Bracara Augusta prende-se indiscutivelmente com o protagonismo dos *Bracari*, povo referido pela primeira vez nas fontes a propósito da expedição militar que Decimus Junius Brutus realizou ao território que hoje corresponde à província portuguesa do Entre Douro e Minho, entre 138 -136 a.C. No rescaldo dessa expedição parece indiscutível considerar que os Bracari terão desenvolvido um longo percurso de relações com o sul da Hispânia, consolidadas após a expedição de César a Brigantium, cerca do ano 60 a.C., que permitiu o incremento da rota atlântica, indispensável aos contactos das populações do NO Peninsular com a órbita mediterrânica (MARTINS, 2012, p. 33)

Para os *bracari*, a fundação de *Bracara Augusta* representou a definitiva integração destes no universo político imperial, cujo nome permanece na raiz da designação do novo centro urbano (MARTINS; DELGADO, 1990, p. 16; MARTINS, 2012, p. 33).

Conforme os vestígios até à data recuperados, o local onde mais tarde se fundaria a cidade de *Bracara Augusta* foi frequentado durante o período do Bronze Final, provavelmente, por núcleos familiares cujos *habitats* eram constituídos por cabanas de materiais perecíveis (MORAIS et al., 2015, p. 116).

Alain Tranoy (1981) sugere que a colina da Civilidade seria a localidade onde se reuniam os habitantes dos diversos castros que integravam os *Bracari*, a fim de discutirem assuntos de interesse comum e trocaram produtos, antes do plano urbano dos romanos. Esta tese é sublinhada por Sande Lemos (2007/2008), ao realçar o carácter sagrado do lugar e a sua

disposição central entre as bacias fluviais dos rios Ave e Cávado, constituindo um cruzamento de vias terrestres. Os estudos realizados por Rui Morais (1997, p. 98; MORAIS et al., 2015, p. 116), para cerâmicas finas importadas, enfatizam que *Bracara Augusta* teve o seu núcleo original na Colina da Cidade, onde se registram os materiais romanos mais antigos até hoje encontrados nas escavações. Outra evidência expressiva da arquitetura pública associada aos momentos iniciais da vida da cidade está na monumentalização da Fonte do Ídolo, que foi anteriormente um santuário/fonte rupestre dedicado à deusa Nabia (ELENA et al. 2008, p. 47.)

A imagem de *Bracara Augusta* que podemos reter do tempo de Augusto e da dinastia Júlio-Claudiana, corresponde ao paradigma de uma cidade em franca atividade construtiva, distintamente das cidades do segundo século, período em que os centros urbanos atingem a sua máxima expansão e conhecem uma generalizada arquitetura doméstica em pedra (MARTINS et al., 2012, p. 45; MARTINS; DELGADO, 1990, p. 22).

Depois deste período, um conjunto de edifícios públicos constituído por uma terma (MARTINS, 2005) e por um teatro (MARTINS et al., 2006, p. 10-30), que se sucedeu ao edifício pré-termal na Colina da Cidade, definem como melhores exemplares conhecidos da arquitetura pública de *Bracara Augusta*, que se desenvolveu a partir da dinastia flaviana, situando-se nas imediações do *fórum*, este construído na época de Augusto (MARTINS et al., 2012, p. 46).

Também, nesse período, é sugerido que foi construído um edifício de espetáculos fora do perímetro do centro urbano. Dom Rodrigo da Cunha ao descrever as ruínas de grandes edifícios visíveis na paróquia de São Pedro de Maximinos, sendo aparente ainda no século XVII, fez a seguinte menção

As memórias antigas, que ha em Braga mostraõ que foi sempre cidade grandiosa. Sua primeira fundação, & assento naõ foi no lugar onde hoje se vê. Teue seu principio iunto à Igreja de São Pedro de Maximinos onde se mostrão hoje ruínas de grandes edifícios, que dão testemunho de sua antiga maiestade. & ainda aparece hum como meo circulo lugar, onde estaua o amphiteatro, em que os Bracharenses ao modo Romano celebrauão suas festas (DOM RODRIGO CUNHA, 1634, p. 11).

Isso demonstra que *Bracara Augusta* manteve uma vida urbana normal, parecendo que foi poupada das perturbações que afetaram grande parte da Hispânia entre finais do segundo e meados do terceiro século (LOPEZ SERRANO, 1988, p. 265-277). Por isso, que posteriormente, temos a política de Diocleciano ao dividir, nos finais do terceiro século, a

Tarraconense e a criar a província da Galécia, que reuniu os três *conventus* jurídicos do noroeste da Hispânia e promoveu *Bracara Augusta* para a capital da nova província.

Sucessivamente, registrou-se uma generalizada remodelação de edifícios públicos e privados, com certeza, ocasionado por *Bracara Augusta* ser promovida à capital da província da Galécia (FERNANDEZ OCHOA, 1997).

O interessante foi que *Bracara Augusta* sustentou sua importância política e econômica, num momento em que muitas das cidades ibéricas tiveram o enfraquecimento da vida urbana e uma retração populacional (FERNANDEZ UBIÑA, 1982). A grandeza e monumentalidade da *urbs*, nos séculos IV e V, podem ser dimensionadas através da menção no poema *Ordo Urbium Nobilium* de *Decimus Magnus Ausonius* que dedica à vinte cidades mais ricas e nobres do Império, incluindo *Bracara Augusta* (RIBEIRO, 2008, p. 155).

Depois de Diocleciano, passando por Constantino e a adoção ao cristianismo, houve o florescimento da cidade, garantindo-lhe um extenso território, e a funcionalidade como sede jurídica (MARTINS; DELGADO, 1990, p. 31). Todavia, ao avançar entre os séculos V e VI, com as migrações e invasões suevo-visigótica, a cidade antes pertencente ao Império Romano, foi entregue, primeiramente, como forma de partilha aos suevos em 411 e, depois, tornou-se domínio Visigótica em 585, antes passou pelo saque de Teodorico II em 455 (MARTINS, 1991/1992, p. 181).

Segundo Luís Fontes, mesmo com a Braga sob o domínio visigótico, não se verificaram rupturas nas suas funções enquanto núcleo urbano, nem na organização administrativa e eclesiástica, pois permanece como sede do bispado (FONTES et al., 2010, p. 257).

Sensivelmente a partir do século VIII, na sequência das investidas muçulmanas criou-se uma conjuntura favorável que se refletiu na reorganização do território de Braga, entre os séculos IX e X, sob orientação dos reis asturianos e leoneses, que determinou um novo perímetro defensivo, cuja expressão material se encontra representada no traçado da muralha alto medieval. De acordo Maria do Carmo Ribeiro, a nova muralha se articulou, a norte, com a muralha romana, passando a cumprir a função de defender um pequeno núcleo urbano, polarizado pelo complexo episcopal que se situaria no sítio da atual Sé (RIBEIRO, 2008; MARTINS; RIBEIRO, 2013).

Um ponto a se destacar, consiste no fato de que a cidade de Braga no período medieval não tinha um capital político de outrora, além de uma delimitada população. Como afirma Maria Manuela Martins, foi abandonada a cidade romana e serviu, especialmente, como pedreira para a Braga medieval

De facto, a Braga medieval nada mais era do que um pequeno núcleo habitacional, centrado em torno da catedral, sagrada em 1089, que ocupava apenas o quadrante nordeste da anterior cidade romana. Lentamente, parte da cidade romana será abandonada, talvez posteriormente ao séc. VIII, passando as ruínas dos seus edifícios públicos e privados a servir de pedreira da pequena Braga medievá, enquanto os seus terrenos se convertiam, aos poucos, em campos de cultivo (MARTINS, 2004, p. 149).

Entretanto, o esplendor da cidade Braga, a antiga *Bracara Augusta*, teve um hiato, sendo retomado somente a partir do século XII, com o crescimento populacional e no século XVI, com a revitalização do espaço urbano por Dom Diogo.

4. *A Braga Medieval: Suas especificidades*

Antes de adentrarmos na questão envolta à Braga Medieval, temos que definir de forma um pouco mais precisa o que definimos como uma cidade medieval. Para isso, as obras de Jacques Le Goff nos apresentam um direcionamento preciso na compreensão do que foram esses centros urbanos.

Em *O apogeu da cidade medieval* (LE GOFF, 1992) e *Por amor às cidades* (LE GOFF, 1998), cita que as cidades são aceleradoras do tempo da história (LE GOFF, 1992, p. 4). Sua visão caracteriza a cidade como um espaço teatral: “a percepção por parte dos cidadãos das relações econômicas, sociais e políticas é profundamente marcada pelas imagens e símbolos que lhe são propostos” (LE GOFF, 2002, p. 219). E, também, colocou brilhantemente a questão das dificuldades de definir a cidade para o período medieval, que segundo ele se agravam ainda mais pelo fato de que “as palavras empregadas para designar a cidade nos documentos medievais são múltiplas e quase sempre vagas” (LE GOFF, 1980, p.42).

À semelhança do que ocorreu no restante da Europa no mesmo período, a cidade medieval portuguesa apresentou diferentes tipos, de acordo com os vários aspectos que estiveram na sua origem. No caso de Braga, como observamos acima, sua gênese é romana e isso incide, posteriormente, nas construções, no traçado de toda a cidade e no reaproveitamento do material.

Em cidades com herança latina, na maioria dos casos, exibem uma planta com sectores regulares, senão em toda a totalidade, pelo menos nas zonas que são continuamente ocupadas, desde a época romana até à Idade Média (RIBEIRO; MELO, 2011, p. 105). Podemos referir por exemplo o caso da cidade de Chaves, *Aquae Flaviae* (RIBEIRO, 2010, p. 103-106), e reforçando, no caso de Braga, *Bracara Augusta* (RIBEIRO, 2008, p. 315-525). Como alude Maria do Carmo Ribeiro,

A génese do plano urbano medieval encontra-se no quadrante nordeste da anterior cidade romana e nos traços morfológicos que dela sobreviveram, que foram sendo sucessivamente reutilizados ao longo da Idade Média. Porém, o plano urbano herdado da *urbs* romana foi apenas continuado pontualmente, pois o quadro político e cultural da época medieval exigia uma lógica de organização e funcionamento da cidade, totalmente diferente daquela que caracterizava as formas urbanas anteriores (RIBEIRO, 2008, p. 497).

O surgimento das cidades medievais portuguesa foi outro ponto, e, nesse sentido, alguns fatores favoreceram a esse processo, como a Reconquista e a definição do espaço nacional (RIBEIRO, 2011, p. 99). Perante esse contexto a definição de cidade foi bem mais ampla, visto que as cidades já existentes pertenciam a três categorias: herdadas, conquistadas ou fundadas (*Idem*).

A partir da documentação, com crônicas e Anais do século XII, a designação mais frequente para nomear as povoações com alguma importância era castelo, sendo a de cidade reservada a uma escassa dezena de localidades (BEIRANTE, 2008, p.44). Nisso, podemos compreender que algumas cidades como Braga, Porto, Coimbra, Lamego, Viseu e a Egitânia foram herdadas; entretanto, Lisboa e Beja foram conquistadas (RIBEIRO; MELO, 2011, p. 99). Outro ponto foi que Portugal conheceu desde o século XII e até ao século XIX um número bastante reduzido de aglomerados que receberam foro de cidade, pelos monarcas, esta situação decorre, em larga medida, do facto de apenas os centros urbanos que tinham uma sede de bispado serem considerados cidades (RIBEIRO; MELO, 2011, p. 100).

Nesse sentido, como observamos, se percebe na questão de Braga é que além dela ter uma génese romana, também, foi uma cidade herdada. Mas, uma demanda crucial para o entendimento da especificidade de Braga, consiste nas suas muralhas e no seu 'urbanismo fechado'.

Retomando um pouco a argumentação de Le Goff, o historiador afirma que o *amuralhamento* das cidades foi o principal componente para a construção de uma identidade

urbana e tomada de consciência; assim, seriam compostas por quatro funções principais: religiosa, econômica, política e jurisdicional (LE GOFF, 1998, p. 15). De acordo com Leonardo Benevolo

No início da expansão demográfica, uma parte da nova população que não encontra trabalho nos campos retira-se para a cidade, aumentando o número dos artesãos e dos mercadores que vivem à margem do mundo feudal. A cidade fortificada da Alta Idade Média, designada habitualmente por burgo, não é suficiente para os albergar; às portas das cidades, formam-se outros aglomerados populacionais –os subúrbios – que depressa se podem comparar com o núcleo originário e exigem a construção de muralhas cada vez maiores (BENEVOLO, 1995, p. 56 – 57).

Jacques Rossiaud, no ensaio intitulado *O Homem Cidadino*, argumenta que por necessidades políticas e militares, todas as cidades são fechadas e, à medida que vão crescendo, vão reconstruindo um pouco mais longe as suas defesas (ROSSIAUD, 1987, p. 101). Ou seja, temos um urbanismo fechado, produzindo um crescimento por fases, realizado com a introdução de sucessivas muralhas.

De acordo com Lewis Mumford (1961, p.340), mesmo no caso das maiores cidades medievais da Europa, nenhuma formação urbana usualmente se expandia por mais de 800 metros a partir do seu centro. Estes limites extensivos, naturalmente, não deixavam de trazer repercussões sociais que contribuem para delinear o modo de vida urbano especificamente medieval.

Em relação à Braga medieval, segundo Maria do Carmo Ribeiro e Arnado Sousa Melo, a construção da primitiva muralha medieval de Braga não é bem conhecida, aparecendo primeiramente em 1161 ou podendo ocorrer logo após a doação da cidade a aos arcebispos, feita por Dom Henrique de Borgonha e Dona Teresa, em 1112 (RIBEIRO; MELO, 2012, p. 17). Todavia, ao que tudo indica, a partir desta data estariam estabelecidas as condições para que os arcebispos começassem a cuidar da defesa da cidade (COSTA, 1997-2000, I, p. 216-223).

Parece bastante plausível admitir que a Braga medieval conheceu diferentes perímetros amuralhados, o primeiro dos quais aproveita parte do traçado norte da anterior muralha romana, incluindo uma área protegida inferior, cerca de metade, à do perímetro final, do século XIV (RIBEIRO; MELO, 2012, p. 17).

O alargamento da muralha medieval em Braga, foi por etapas. O crescimento populacional de Braga no século XIII conduziu ao desenvolvimento de novos bairros

extramuros, uma vez que o espaço intramuros do núcleo urbano seria preferencialmente ocupado por membros de classes mais abastadas (RIBEIRO, 2008, p. 322). Esse crescimento, juntamente com as ações hostis empreendidas pelo rei D. Henrique de Castela na cidade de Braga, no século XIV, foram o incentivo necessário para que o rei de Portugal, D. Fernando I, investisse num plano construtivo militar que definisse um novo perímetro amuralhado, que viria a incluir uma área urbana bastante maior, que incluiu a norte o novo paço episcopal, mandado construir por D. Gonçalo Pereira (RIBEIRO, 2008, p. 331). Essas muralhas são as fernandinas, que tem o traçado diferente daquela formada na época romana.

A perda da função militar da muralha fernandina está documentada já nos finais do século XVI, através de construções adossadas ao lado externo da estrutura, bem documentadas no Mapa de Braunio, de 1598 (RIBEIRO, 2008, p. 508). Esse processo prosseguiu nos séculos seguintes, tendo a sua destruição sido quase total no século XIX. Este movimento de destruição das antigas muralhas medievais observa-se igualmente por toda a Europa, mostrando um quadro de estabilidade social acompanhado por um desenvolvimento econômico constante das cidades da Época Moderna.

O projeto de *Salvamento de Bracara Augusta* não somente permitiu caracterizar a morfologia urbana da cidade romana, mas, também, possibilitou analisar algumas transformações urbanas ocorridas no período medieval e posterior. Uma das questões a se destacar consiste na segunda urbanização da cidade, depois do período romano, que se encontra intimamente relacionada com a edificação da Sé Catedral, sagrada em 1089, que passou a constituir, desde então, o centro vital da cidade, em torno do qual se estruturou um pequeno e acanhado burgo, mas também o símbolo do poder eclesiástico instituído (FONTES; LEMOS; CRUZ, 1997/1998; RIBEIRO, 2008, p. 319). A Sé teve, desde o seu projeto inicial, vários acréscimos e remodelações, encabeçadas por distintos arcebispos e pelo Cabido que, consecutivamente, promoveram obras de enriquecimento da Catedral, nela procurando deixar testemunhos do seu governo e poder na cidade (RIBEIRO, 2008, p. 483).

As escavações arqueológicas efetuadas na capela-mor da Sé Catedral permitiram pôr a descoberto uma série de ruínas que tornam evidente a ocupação prolongada deste local, desde o período romano até ao século XI, altura em que se constrói aquela capela. De facto, datam do período romano os primeiros edifícios encontrados no subsolo da atual Sé, os quais

foram sendo continuamente transformados e adaptados a diferentes funcionalidades (FONTES; LEMOS; CRUZ, 1997/1998; RIBEIRO, 2008, p. 301).

A Sé Catedral, enquanto espaço edificado de longa duração, teve um papel determinante na conformação do poder urbano medieval dominante, o poder eclesiástico, mas, também, na estruturação do plano urbano dos séculos posteriores.

A sua origem se remonta a um edifício da época romana, presumivelmente um mercado, datado de meados do século I e inícios do século II, que foi objeto de diversas remodelações, até à sua modificação em catedral românica no século XI. O local escolhido tinha uma forte carga simbólica e histórica, em torno do qual os cristãos podiam praticar o seu culto, que mantiveram a coesão do pequeno núcleo populacional que foi se instalando, ao longo da Alta Idade Média (RIBEIRO; MELO, 2012, p. 11).

A Sé Catedral exerceu uma importante função de destaque na organização do primitivo núcleo urbano, constituindo-se, simultaneamente, como um dos monumentos com maior riqueza histórica e arquitetônica, retratando o poder dos arcebispos em Braga. Entre as grandes obras promovidas pelo poder eclesiástico destacam-se, para além da Sé, as Muralhas, o Castelo e o Paço Arquiepiscopal, os dois últimos edifícios datados dos inícios do século XIV (RIBEIRO; MELO, 2012, p. 13).

As construções em Braga foram realizadas nas imediações da muralha e seguiram o seu trajeto, processo que resultou no aparecimento de novas ruas, mais largas, expressas num tecido urbano que se vai regularizando progressivamente a partir do século XVI. As reformas urbanas desencadeadas pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa, motivadas por tendências humanistas e renascentistas, são disso exemplo, pois a cidade é dotada de novas praças e arruamentos que a expandem para além do seu circuito medieval.

Entretanto, é na Idade Moderna a cidade de Braga conheceu a convergência de um número significativos de fatores que determinaram o seu crescimento para a periferia, originado uma grande cidade, comparativamente à medieval e quase igualável à cidade romana (RIBEIRO, 2008, p. 536).

5. *Considerações Finais*

Procuramos nesse trabalho contribuir para o debate sobre as várias memórias da cidade de Braga, mediante os resultados do obtidos pelo *Projeto de Salvamento de Bracara*

Augusta percebemos algumas características urbanas entre os períodos romano e medieval. Esses estudos arqueológicos nos forneceram evidências e relevos descontínuos desse processo urbano e os elementos que nos permitam ir restituindo a evolução e transformação sofridas pela cidade ao longo da sua ocupação.

Nestas breves considerações, tentamos demonstrar que a cidade não se afastou do quadro geral de uma grande parte das cidades europeias, com seu passado romano sendo sobreposto por uma cidade medieval e renascentista.

De forma geral, essas paisagens urbanas de Braga preserva a memória de construções e uma identidade, em alguns aspectos morfológicos no seu plano, sobretudo nos espaços e na materialidade que de forma mais persistentes foram conservadas.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

AUTORES ANTIGOS DE BRAGA

J. CONTADOR ARGOTE, *Memórias para a história Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespânhas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1732/1734.

D. RODRIGO CUNHA (1634). *História Eclesiástica de Braga e dos Santos Varoens Illustres que florescerão enste Arcebispado*. Manoel Cardozo, 2ª ed. Braga: [s.n.], 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, G. C., *História da arte com história da cidade*. 5ª edição. São Paulo: Martins Fones, 2005.

BALIL ILLANA, A., Las ideas urbanísticas em época augustea. In. MOZOTA, F. B. (Ed.) *Anais do Symposium de Ciudades Augusteas*. Saragoza: Universidad de Zaragoza, 1976, p, 29-79.

BEIRANTE, M. Ângela, *O ar da Cidade, Ensaio de História Medieval e Moderna*, Lisboa: Edições colibri, 2008.

BRAUDEL, F., *Civilização material, economia e capitalismo (Séculos XV –XVIII): As estruturas do cotidiano*, v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

COSTA, A. J., *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Vol. I e II. 2ª edição. Braga: Edição Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997-2000.

CURCHIN, L. A., *La España Romana: Conquista y Asimilación*. Madri: Editorial Gredos, 1996.

DOPICO CAÍNZOS, M. D., Los Conventus luridici. Origen, cronologia y naturaliza histórica. *Gerión*. Revista de História Antigua Editorial Universidad Complutense de Madrid. 4: 265-283, 1986.

ELENA, G. A.; MAR, R.; MARTINS, M., A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstituição do santuário, *Bracara Augusta*. Escavações Arqueológicas, 4, UAUM/Narq, Braga, 2008.

FERNANDES, L. R. V. O., *Urbanismo e arquitetura do quadrante sudeste da cidade romana de Bracara Augusta entre a época fundacional e a Antiguidade Tardia*. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade do Minho, Braga: Universidade do Minho, Braga, 2018.

FERNÁNDEZ OCHOA, C., *La muralla romana de Gijón (Asturias)*, Madrid: Electra, 1997.

FORTINATO, J. M. C. B., *Direito e Religião na Antiguidade Tardia Ibérica*. Dissertação sob orientação do Prof. Dr. José Artur Anes Duarte Nogueira, Departamento de Histórico-Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2017.

LE GOFF, J., *Por amor das cidades: Conversas com Jean Lebrun*. Lisboa: Ed. Teorema, 1999.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. *Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

LE ROUX, P., Aux Origines de Braga, *Bracara Augusta*, 9 (67-68), Braga, 1975, p. 155-159.

LE ROUX, P., Bracara Augusta: ville latine. *Trabalhos de Antropologia e Etnografia: 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Actas, vol. VI. Porto, XXXIV: 3-4, 1994, p. 229-241.

LE ROUX, P., Las ciudades de la *Callaecia* romana durante el alto imperio. *Gérior*. Madrid: Universidad Complutense, 14, 1996, p. 363-379.

LE ROUX, P., *Romains d'Espagne: cités & politique dans les provinces: lie siècle av. j.-c. – IIIe siècle ap. j.-c.*. Paris: Armand Colin, 1995.

LE ROUX, P., *Romanos de España: Ciudad y política en las provincias (siglo II a.C. – siglo III d.C.)*. Barcelona: Bellaterra, 2006.

LE ROUX, P.; TRANOY, A., Rome et les indigenes dans le nord-ouest de la Peninsule Iberique. Problèmes de épigraphie et d'histoire. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Tomo 09. , 1973, p.177-231.

LEFEBVRE, H., *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LE MOS, F. S., Antes de *Bracara Augusta*. *Forum* (42-43). Braga, 2007/2008, 203-239.

LOPES, M. D. C., *Elementos Arquitetônicos de Bracara Augusta*. Contributo para o estudo da Construção romana. Dissertação sobre a orientação da Profa. Dra. Maria Manuela Martins, Universidade do Minho, Braga, 2016.

LOPEZ SERRANO, Crisis Urbana y dinámica social en la Betica del siglo III y Bajo Imperio, *Actas do Ier Congreso Peninsular de Historia Antigua*, III, Santiago de Compostela, 1988, p. 177-179.

MARTINS, M. Bracara Augusta Revisitada. *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Volume XLIX, nº 103 (116), 2000, p. 265-280.

MARTINS, M., As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta, In: MARTINS, M. (coord.), *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 1, Braga: UAUM / Narq, 2005.

MARTINS, M., Bracara Augusta: a memória de uma cidade, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, n.º 8-9. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1992, p.177-197.

MARTINS, M., Urbanismo e arquitectura em Bracara Augusta. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana, in *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del Occidente Europeo*, Estudos arqueológicos, Tarragona, 2004, p. 149-174.

MARTINS, M.; CARVALHO, H., As Transformações do território: Bracara Augusta e o seu cadastro, *Revista de Historiografia*, 25, Madrid, 2016, p. 219-243.

MARTINS, M.; DELGADO, M., História e arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Série II, Braga, 1990, p. 11-39.

MARTINS, M.; DELGADO, M.; LEMOS, F. S., À Descoberta de Bracara Augusta. Um Projeto de Arqueologia Urbana no norte de Portugal, *Forum* 17, 1995, p. 53-60.

MARTINS, M.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F., A arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro romano de Bracara Augusta. *Forum* 40, Braga: Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, 2006, p. 9-30.

MARTINS, M.; RIBEIRO, M., Arqueologia urbana e a defesa do património das cidades. *Forum*, nº 44-45, Universidade do Minho, Braga, 2009, p. 149 – 177.

MENENDEZ, Pelayo. *Historia de los Heterodoxos Españoles*, vol. I. Biblioteca de Autores Cristianos, 6ª Edición, Madrid: Gredos, 2007.

MONTENEGRO DUQUES, A., Augusto en Hispania. In A. Blázquez et al. (Orgs.) *História de Hispania Romana*, Tomo II. Madrid: Catedra, 1988, p. 254-282.

MORAIS, R., *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*. Tese defendida sob a orientação da Profa. Dra. Maria Manuela Martins, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2004.

MORAIS, R., De Novo sobre a Municipalidade de Bracara Augusta no Período Flávio. *Conimbriga*, XLV . Universidade do Minho, 2006, p. 125-137.

MORAIS, R.; BANDEIRA, M.; PINHO, E. M., *Itineraria Sacra: Bracara Augusta fidelis et antica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

MORAIS, R.; CERDÁN, A. M.; SOUSA, M. J., A Fundação de Bracara Augusta: Assentamento Militar ou Estabelecimento Civil num ambiente Militarizado. In: QUEIROGA, Francisco Reimão; TAYLOR, Timothy F. (edits.) *Rethinking Warfare 2012, an international conference on the social perceptions and representations of war*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2015, p. 115-131.

MUMFORD, L., *A cidade na Historia suas origens, transformações e perspectivas*. 4ª edições. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RIBEIRO, João M. G., *O tecido urbano flaviense: de Aquae Flaviae a Chaves medieval*. Dissertação de Mestrado Defendido no Departamento de Arqueologia. Braga: Universidade do Minho, tese de mestrado, 2010.

RIBEIRO, M. C.; MELO, A. S., A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval. *Revista Medievalista*, Braga, CITCEM, nº 12, Julho/Dezembro2012, p. 01-37.

RIBEIRO, M. C.; MELO, A.S.C., Os Construtores das Cidades: Braga e Porto. In. RIBEIRO, M.C; MELO, A.S.C., (organizadores) *História da Construção: Os Construtores*. Braga: CITCEM, 2011, p. 99-129.

RIBEIRO, M., *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Tese de doutoramento no Instituto de Ciências Sociais. Braga: Universidade do Minho, 2008.

RIBEIRO, M.; MELO, A. S., *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM, 2012.

RIBEIRO, M.C.; MELO, A.S.C., A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval. *Revista Medievalista*, Lisboa, nº 12, julho/dezembro 2012, p. 1-37.

RIBEIRO, Maria do Carmo -“A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados”, *Forum*. Braga. Nº 44-45 (2009/2010), p. 179-201.

RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa -“A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval”. In. Ribeiro, Maria do Carmo e Melo, Arnaldo Sousa (Coord.) *Evolução Urbana: sociedade e economia*. Braga: Ed. CITCEM, 2012, p. 137-161.

RIBEIRO, Maria do Carmo F., *Braga entre a Época Romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana – Tese de Doutoramento*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008.

RIBEIRO, Maria do Carmo-O Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga. Coleção Sítios com História. Braga: Reitoria da Universidade do Minho, 2011.

ROSSIAUD, Jacques. “O cidadão e a vida na Cidade”. In: LE GOFF, Jacques (org.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1987. p.99-122.

SANTOS, L.; TRANOY, A.; LE ROUX, P. Inscrições romanas no museu Pio XII em Braga, *Bracara Augusta*, 37, 1983, p. 185-205.

TOLFO, T., *A Urbanização Romana no noroeste da Hispânia: Fontes e Especificidades*. Dissertação sob orientação da Profa. Dra, Manuela Martins no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho, 2017.

TRANOY, A., *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Quest de la Péninsule Ibérique dans L’Antiquité*. Paris: Diffusion du Boccard, 1981.

TRANOY, A.; LE ROUX, P., As Necrópoles de Bracara Augusta. *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Braga, 1989/1990, p. 187-232).